

VOLUME LIII — N.ºs 1 e 2

R E V I S T A
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

2012

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade semestral
LIII — N.ºs 1 e 2 - 2012

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Vice-Presidente - PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO
Vogais - PROF. DOUTOR PEDRO ROMANO MARTINEZ
- PROF. DOUTOR LUÍS MORAIS
- PROF. DOUTORA ISABEL ALEXANDRE
- PROF. DOUTOR PEDRO INFANTE MOTA
- MESTRA DINAMENE DE FREITAS
- MESTRE JORGE SILVA SANTOS

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa — Portugal
Telefone 217 984 600 — Telecópia 217 950 303

EDITOR



Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra
Telef. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651
www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Dezembro de 2014

	Págs.
I Doutrina	
<i>António José Avelãs Nunes</i> — Uma tentativa de compreender a crise à luz do marxismo	11
<i>Ana Vaz Geraldês</i> — Ciberterrorismo: cenário de materialização... ..	41
<i>Eduardo Vera-Cruz Pinto</i> — As ruínas da Universidade em Portugal e a Faculdade de Direito na Nova Universidade de Lisboa: uma janela para o futuro.....	95
<i>Fernando Macedo</i> — A denúncia de factos verdadeiros e de interesse público sobrepõe-se ao direito à honra dos agentes públicos	109
II Trabalhos de alunos	
<i>Ana Isabel Serra Calmeiro</i> — Da Natureza do Direito do locatário	121
<i>Natacha Reis Branco</i> — Da (in)admissibilidade da cláusula de reserva da propriedade no mútuo financeiro	157
III Vida universitária	
<i>Jorge Miranda</i> — Sobre o governo das Universidades Públicas.....	199
<i>Jorge Miranda</i> — Marcello Caetano e a criação de uma escola de direito público... ..	217
<i>Jorge Miranda</i> — Eleições e contencioso eleitoral	219
<i>Jorge Miranda</i> — Na apresentação do livro de Jorge Carlos Fonseca, Cabo Verde — Constituição, Democracia, Cidadania	245
<i>Jorge Miranda</i> — Na apresentação de obra coletiva, em 15 de outubro de 2012.....	249
<i>Jorge Miranda</i> — Estado social, crise económica e jurisdição constitucional... ..	255
<i>Paulo Bonavides</i> — Medalha Jorge Miranda.....	285

	Págs.
<i>Eduardo Vera-Cruz Pinto</i> — Regulamento da medalha Prof. Jorge Miranda.....	287
— Sessão solene de entrega da “medalha Professor Doutor Jorge Miranda ao Prof. Doutor Paulo Bonavides.....	289
— Discurso de apresentação do Director da FDL Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	
— Agradecimento do Prof. Paulo Bonavides	
<i>Conselho Académico</i> — Acta n.º 48.....	295
<i>Instituto de Cooperação Jurídica</i> — Relatório de atividades 2012.....	299
<i>Gabinete Erasmus</i> — Relatório de actividades ano lectivo 2011/2012.....	305
<i>Gabinete de Psicologia e Orientação (IOP)</i> — Síntese das atividades realizadas em 2012.....	341

**NA APRESENTAÇÃO DE OBRA COLETIVA,
EM 15 DE OUTUBRO DE 2012**

JORGE MIRANDA

Senhor Reitor
Senhores Conselheiros
Senhor Diretor
Senhores Presidentes da Assembleia da Faculdade e do Conselho Científico
Senhores Professores
Senhores Alunos
Senhores Funcionários
Senhoras e Senhores

1. Gratidão, reconhecimento — um reconhecimento imenso, profundo e emocionado — eis o que sinto nesta hora.

Agradeço a todos que me quiseram honrar hoje com a sua presença, a começar pelo Magnífico Reitor, Professor António Sampaio da Nóvoa.

Muito em especial agradeço aos ilustres Professores que vieram do Brasil, da França e da Grécia. Do Brasil: Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa; Professora Fernanda Dias Menezes de Almeida; Professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza; Professor Alexandre Coutinho Pagliarini; Professora Samantha Ribeiro Meyer-Pflug; Professor Roberto Senise Lisboa; Professora Stefania Becattini Vaccaro; Professor Roger Stielmann Leal; Professora Carolina Lisboa, por si e pela Professora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira da Rocha. Da França: Professor Pierre Bon, por si e em memória do Professor Louis Favoreu, Doutor *honoris causa*. Da Grécia: Professor Spyridon Flogaitis, também Doutor *honoris causa* pela nossa Universidade.

Sei que vieram por amizade e isto ainda mais me toca e sensibiliza.

Agradeço as palavras eloquentes, calorosas e generosas proferidas pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa, pelo Professor Eduardo Paz Ferreira, pelo Professor Pedro Romano Martinez, pelo Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto e pelo Senhor Reitor.

Mas não nos encontraríamos aqui hoje se o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, o Professor Fausto de Quadros e o Professor Paulo Otero não tivessem tido a iniciativa de organização e coordenação da obra coletiva agora apresentada e em que tanto se empenharam. Para estes caros Colegas o meu grande reconhecimento.

Reconhecimento a todos os Autores, portugueses e não portugueses, que contribuíram com os seus estudos e a quem gostaria de agradecer pessoalmente. Oficiais do mesmo ofício, tomo esses trabalhos como testemunhos de generosa estima e solidariedade.

À Dra. Telma Oliveira, pela competente recolha e envio de todos os materiais.

À Coimbra Editora, na pessoa do Dr. João Salgado, pela sua extraordinária solicitude editorial

2. Reconhecimento que se estende a muitas outras pessoas e, antes de mais e sempre, aos professores que tive e aos professores com quem trabalhei. Para eles o meu respeito e a minha saudade.

Mas houve três a quem mais fiquei devendo: o Professor Marcello Caetano, que esteve na origem da minha opção pela carreira académica; o Professor André Gonçalves Pereira, que foi o orientador do meu doutoramento; e o Professor João de Castro Mendes, que teve para comigo, após o “saneamento” em janeiro de 1975, um gesto de inapagável bondade.

E o Professor Marcello Caetano marcou-me pela clareza da sua construção sistemática e pela clareza da sua escrita; o Professor André Gonçalves Pereira, pelo espírito de liberdade e pela vontade de incentivar; e o Professor João de Castro Mendes, pelo sentido de justiça e pela dedicação sem limites a tudo que lhe era pedido.

Reconhecimento também aos assistentes e monitores que me deram colaboração ou continuam a colaborar comigo, pelo seu inestimável auxílio. Entre eles, recordo o Dr. Filipe Oliveira Vieira. E já são muitos os que fizeram o doutoramento e que, por mérito próprio, ascenderam aos lugares mais elevados do professorado — o que me enche de grande e consoladora alegria.

Reconhecimento ainda a quantos, ao longo dos anos, foram, têm sido ou são meus alunos, por me trazerem o desafio da renovação crítica com a frescura da sua juventude. Quantas vezes tenho revisto a minha maneira de encarar este ou aquele problema perante a necessidade de o explicar melhor ou para responder a dúvidas e a objeções!

Senhoras e Senhores

3. Toda a minha vida ativa foi dedicada ao estudo e ao ensino, à Universidade e para a Universidade, e espero assim continuar enquanto Deus me der forças.

As aulas, bem como as orientações de dissertações têm sido para mim tempos de realização pessoal e nunca pedi dispensa de serviço ou qualquer licença. Mesmo quando participei na Assembleia Constituinte, na Assembleia da República e na Comissão Constitucional, nunca deixei de as dar.

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é a minha casa mãe, porque aqui me formei e aqui fiz todas as provas públicas e todos os concursos exigidos pela carreira.

A Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa é a outra minha casa. Assisti ao nascimento desta Universidade, lá ensino desde 1972-1973 e estive no início do seu curso de Direito em 1976-1977. Também fortíssimos laços afetivos a ela me ligam.

Talvez seja um percurso incomum. Julgo, todavia, que tenho cumprido, com fidelidade e com disponibilidade, os meus deveres para com uma e outra Escola, quer os pedagógicos e científicos, quer os institucionais.

4. A minha vocação foi, desde muito novo, o Direito Constitucional, sem com isso me afastar das demais áreas das Ciências Jurídico-Políticas.

Quando comecei, em 1964, com a tese sobre inconstitucionalidade no curso complementar de Ciências Político-Económicas, apenas muito poucos, entre os quais o Dr. Miguel Galvão Teles, se interessavam pelo Direito Constitucional. Agora são muitos e de grande qualidade; há dezenas e dezenas de dissertações, outras monografias, obras gerais e estudos de diversa índole; realizam-se, com frequência, colóquios, conferências e congressos, em diálogo com constitucionalistas de outros países, com relevo para os do Brasil.

Naturalmente, como se sabe, este desenvolvimento da ciência do Direito Constitucional, só foi possível — à semelhança do que tem acontecido na Espanha e no Brasil — graças ao regime de Estado de Direito democrático com Constituição *normativa*, e não meramente *nominal*.

Senhor Reitor

Senhoras e Senhores

5. Permitam-me aproveitar este momento para referir as principais inquietações que tenho acerca da situação do ensino superior em Portugal, algumas já manifestadas noutras ocasiões.

Preocupam-me:

— A continuada deficiência do apoio social escolar, atingindo nos últimos tempos o mínimo existencial de grande número de alunos;

- A continuada falta de segurança das instituições públicas e não públicas, de ano para ano, acerca do seu financiamento;
- A continuada quase nenhuma mobilidade dos professores;
- Os continuados entraves burocráticos à investigação científica;
- A continuada atomização e proliferação de certos cursos de reduzida empregabilidade, com gastos de recursos escassos;
- A diminuição da autonomia e da participação democrática decorrente do Regime Geral das Instituições de Ensino Superior, RGIES (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro).

Preocupa-me:

- O modo como tem sido aplicado o chamado “Processo de Bolonha”, com redução do tempo para assimilação de matérias cada vez mais complexas e de redução da vertente cultural do curso de Direito, com o risco de, em vez de formarmos verdadeiros juristas, estarmos gerando meros tecnocratas de leis.

Não seria altura, volvidos vários anos, de as Faculdades de Direito se reunirem para proceder a uma reflexão serena?

Preocupam-me:

- Afloramentos vários de mercantilização do ensino;
- A equiparação de atividades profissionais a habilitações académicas para efeito de conferimento de graus académicos (art. 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, sem a necessária densificação e com violação do princípio da igualdade);
- A desnacionalização — bem diferente da indispensável internacionalização — que envolvem o ensino em línguas estrangeiras por professores portugueses para alunos portugueses, a denominação principal sem ser em português de algumas Escolas (contra o disposto no art. 10.º do próprio RGIES) e, cúmulo dos cúmulos, o funcionamento do conselho científico de uma escola pública, órgão de administração autónoma do Estado, sem ser em português.

6. Reiterando o que sublinhava em 1993 no colóquio sobre a Universidade e os Descobrimientos promovido pela Universidade de Lisboa:

“Uma Universidade realiza-se tanto mais quanto mais aberta para as outras Universidades, quanto mais disponível para o intercâmbio e para a competitividade, quanto mais empenhada na tarefa coletiva sem barreiras,

em que se traduz a acumulação de aquisições para o progresso científico e cultural.

“Mas aceitarmos os outros e voltarmo-nos para os outros não equivale a renunciarmos à nossa identidade ou a desconhecermos a nossa realidade, a cair no provincianismo ou no pior dos servilismos — o servilismo intelectual — ou a sobrevalorizar o que vem ou se faz no estrangeiro em detrimento do esforço — tantas vezes penoso — dos que por cá ficam. Abrir-nos-emos tanto melhor para o exterior quanto mais seguros formos dos nossos valores, quanto mais exigentes formos para conosco próprios, quanto mais e melhor utilizarmos, designadamente, o instrumento internacional de comunicação que é a língua portuguesa.”

Senhoras e Senhores

7. Na expressão bem conhecida de ORTEGA — por sinal, autor do célebre ensaio *Missão da Universidade*, que li ainda estudante — todo o homem é ele e a sua circunstância. Parafrazeando-o, poderemos aduzir que toda a Universidade (com este ou aquele modelo, dos vários que a observação comparada mostra) é ela e a sua circunstância.

Pois bem: seja qual for a circunstância, sejam quais forem as dificuldades que enfrentemos, incumbe-nos enquanto universitários tudo fazer, no encontro de sucessivas gerações, para preservar e realizar a Universidade como instituição assente na complementaridade dos saberes, como comunidade plural de ideias e de pessoas livres, como compromisso de rigor e responsabilidade, enfim como espaço de descoberta e criação, de comunicação e debate rasgado para a vida e para o futuro, para o país e para o mundo.